

Desafios da Inserção de Gênero na Formação Inicial a Partir das Experiências de Professoras Acadêmicas Feministas

Challenges of Gender Inclusion in Basic Education Based on the Experiences of Feminist Academic Professors

*Amanda Rodrigues Duarte¹ 

*Daniela Finco² 

Resumo

Este texto aborda os desafios da inserção de gênero na formação inicial docente, diante do preocupante cenário social e político, no qual movimentos antigênero questionam a pertinência da discussão de gênero no âmbito educacional. Analisa os relatórios da UNESCO sobre “Educação em Sexualidade e Relações de Gênero na Formação Inicial Docente no Ensino Superior”, de 2014 e 2017. Para isso, o texto apresenta as experiências de quatro professoras universitárias feministas da região sul e sudeste do Brasil, bem como seus esforços e negociações para a promoção de mudanças relacionadas à temática, revelando o currículo como um campo de disputas, com tensos processos que permeiam a institucionalização da temática de gênero. O artigo provoca-nos a pensar como a violência de gênero na universidade assume também um caráter denunciatório da discriminação estrutural de gênero, que inclusive afeta a ocupação dos espaços de tomada de decisão. Por fim, o texto aponta para a importância da construção de um projeto político pedagógico comprometido com a eliminação das desigualdades, que possa servir de instrumento de resistência para o campo educativo.

Palavras-chave: gênero; feminismo; formação docente inicial; pedagogia; “ideologia de gênero”.

Abstract

This text addresses the challenges of including gender in initial teacher training, given the worrying social and political scenario, in which anti-gender movements question the relevance of discussing gender in the educational context. We analyse the UNESCO reports on “Education in Sexuality and Gender Relations in Initial Teacher Training in Higher Education” from 2014 and 2017. It presents the experiences of four feminist university professors from the south and southeast region of Brazil, as well as their efforts and negotiations to promote changes related to the theme. It provokes us to think about how gender-based violence at universities also

¹ Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, (SEDUC-SP, São Paulo, SP, Brasil). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3247-2160>.

² Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UNIFESP, Guarulhos, SP, Brasil). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5731-1091>.

assumes a denunciatory nature of structural gender discrimination, which even affects the occupation of decision-making spaces. It points to the importance of building a political pedagogical project committed to eliminating inequalities, which can serve as an instrument of resistance for the educational field.

Keywords: gender; feminism; initial teacher training; pedagogy; “gender ideology”.

Introdução

Este artigo tem como base os resultados de uma pesquisa de mestrado que investiga os desafios da inserção das discussões sobre gênero na formação docente inicial, a partir das experiências de professoras universitárias feministas que atuam em cursos de Pedagogia da região sul e sudeste do Brasil (Duarte, 2021). Para tanto, apresentamos as narrativas dessas mulheres, a fim de pensar as negociações realizadas dentro do espaço acadêmico, com o intuito de incorporar o debate sobre gênero à formação docente inicial, diante da necessidade da eliminação dos preconceitos, discriminações e do aumento das violências de gênero nos últimos anos.

Assim como em outros países, vivemos hoje um processo transnacional de generalização da violência de gênero (Prado; Correa, 2018). Nosso país vem sofrendo uma onda autoritária fascista que causa retrocessos no campo dos direitos humanos e, em particular, no campo dos direitos das mulheres e do direito à diversidade de gênero e sexual. Com a pressão de grupos religiosos fundamentalistas, as questões de gênero têm sido objeto de controvérsia na construção de políticas públicas para a educação.

Vivemos, desse modo, uma forte onda conservadora que se instalou nas agendas que interessam aos direitos humanos, marcada por um cenário político que fortaleceu um projeto político da extrema-direita. Podemos perceber o esfacelamento da nossa jovem democracia e a pulverização da conquista de direitos, e após mais de 20 anos de ditadura militar nos deparamos com a fragilidade do Estado de Direito, em sua mais perversa expressão, com retrocessos no campo dos direitos humanos (Silva; Faria; Finco, 2019).

Tornou-se legítimo, principalmente com a anuência de grupos fundamentalistas e conservadores, retratar a ditadura militar procurando tornar oficial a história de ordem e progresso que deve ser resgatada e novamente implementada, através da qual se negou a participação social, desagravando as violências efetivadas nesse período. O Brasil é “herdeiro de uma tradição histórica que omite a participação popular, que sistematicamente tem preferido narrar uma história ‘oficial’, em que os poderosos ‘concedem’ ao povo as conquistas pelas quais o povo batalhou duramente ao longo do tempo” (Aquino, 2014, p. 198). A reformulação da noção de direitos humanos anda na contramão dos anos 80, 90 e 2000, que podem ser entendidos como momentos em que os direitos humanos e o enfrentamento das desigualdades eram responsabilidades do Estado (Leite, 2019).

A fundamentação do movimento Escola sem Partido e os ataques às “ideologias de gênero”, que propuseram garantir “neutralidade” na educação brasileira, manifestam uma clara intenção de repressão e perseguição contra os ideais mais progressistas e críticos (Vianna, 2020; Yannoulas; Afonso; Pinelli, 2021). Os grupos de interesse

conservadores buscam apartar os movimentos feministas e LGBT das definições de políticas públicas e tomar o controle sobre elas, delimitando o Estado como espaço masculino e heterossexual, resistente às demandas femininas, de expansão de direitos àquele/as que consideram ameaçar a concepção de mundo tradicional (Miskolci; Campana, 2017).

Os movimentos antigênero, com suas ideias conservadoras e sexistas, tentam desse modo atrasar o debate sobre as pautas feministas e dificultar uma agenda política de gênero, ocupando um espaço estratégico na educação. Em um cenário político tensionado pela crise política e econômica que marcou o Brasil a partir de 2013, grupos conservadores – defensores de soluções violentas para questões sociais, ruralistas, religiosos católicos, evangélicos e, em menor escala, kardecistas e judeus, organizações seculares e movimentos como o Movimento Brasil Livre (MBL) e o Escola sem Partido – atuaram de forma coordenada durante a tramitação do Plano Nacional de Educação no Congresso; sua ação culminou na retirada das menções às questões de gênero (Vianna; Bortolini, 2020). O trabalho em conjunto dos conservadores resultou na retirada do termo *gênero* dos documentos governamentais, alvos de um tratamento distorcido e politicamente nefasto com relação às questões de gênero e diversidade na educação. (Vianna; Unbehau, 2016).

A educação, desse modo, é o centro das atenções e cenário de disputa baseada no discurso da “ideologia de gênero”. Tal discurso foi retomado pelos fundamentalistas conservadores, os quais advogam que a educação é doutrinária e os educadores/as, por consequência, os doutrinadores. Setores fundamentalistas reacionários obtiveram sucesso na cruzada para proibir a inclusão do debate sobre as desigualdades e violências de gênero na escola (Viégas; Goldstein, 2017). Diante deste cenário, o contexto político atual enseja urgência para o debate sobre gênero na educação, uma vez que os princípios democráticos se apresentam em risco, dificultando o avanço de uma agenda comprometida com os direitos humanos.

A “ideologia de gênero” popularizou-se, acompanhando um fenômeno global, em que os espaços políticos são tomados por figuras políticas com discursos abertamente homofóbicos, racistas, antiaborto, que procuram tipificar o debate de gênero como mera “ideologia” numa tentativa de questionar o *status* científico dos Estudos de Gênero (Yannoulas; Afonso; Pinelli, 2021). Essa rede discursiva e politicamente legitimada reclama uma teologia política, o que significa dizer que a dignidade humana está atrelada à vontade de Deus. O movimento antigênero traz a defesa da retomada da biologização da diferença sexual, bem como a renaturalização das arbitrariedades sociais de hierarquização das diferenças, por meio de discursos envolventes sobre a promoção da igualdade e o questionamento dos estereótipos, além de promover a disseminação e imposição ideológica de um termo novo, perigoso e impreciso: gênero (Junqueira, 2018).

Os ideais conservadores antigênero espalham-se em setores políticos, institucionalizando a moral conservadora, que tem impactado a educação, o ensino e as políticas públicas educacionais. Ao mesmo tempo que afirmam uma moral particular e denunciam a ideologização das universidades públicas e da produção científica, o Estado se exime da responsabilidade sobre os direitos e as políticas públicas que assegurem o funcionamento das universidades, das pesquisas, da educação, resistindo ao reconhecimento das desigualdades com ações que inibem tais políticas e abrem caminhos de submissão ao capital.

Os atuais impasses da implementação de políticas públicas no campo da educação e da diversidade no Brasil passam por um processo de elaboração – tenso e negociado – entre grupos que reivindicam interesses concretos do Estado (Vianna, 2020). “As expressões de gênero têm ocupado um papel fundamental no confronto de concepções e valores, e a escola e as políticas de educação têm sido lócus permanente de conflito entre ideários” (Leite, 2019, p. 122). Os conservadores estiveram presentes na sociedade brasileira, de diferentes maneiras, ao longo da história, mas atualmente há valores conservadores com o intuito de constituir o conservadorismo como uma identidade política (Ciências [...], 2019).

A pesquisadora Barbara Poggio (2015) identifica como a compreensão da “ideologia de gênero” afeta diretamente a educação e o papel da escola. Identifica que o perigo está em compreender gênero e sexualidade como dimensões próprias da esfera privada e que, portanto, deveriam ser objeto exclusivo da educação familiar. Esta perspectiva implica uma visão redutora do papel da escola, que não é mais entendida como uma instituição social que desempenha um papel importante em termos de formação para os direitos e a cidadania, mas como mero instrumento educacional voltado para a transmissão de conteúdos estritamente técnicos e que, portanto, deve abster-se de lidar com aspectos relacionados à identidade e aos relacionamentos. Destaca, assim, um importante argumento para a inclusão do debate de gênero na formação docente; a prevenção da violência de gênero é uma das principais razões para se apoiar a implementação de iniciativas educacionais relacionadas ao tema gênero, de modo a impedir que a gravidade do fenômeno seja reduzida ou negada.

Diante deste cenário, este artigo tem como objetivo analisar a inserção do debate de gênero na formação inicial docente, a partir das experiências de quatro professoras acadêmicas feministas que atuam em universidades públicas brasileiras, abordando a violência de gênero, fortemente presente em suas narrativas. O texto é um convite à reflexão, considerando que trata de uma temática sobre a qual não existem muitos estudos, e destaca a importância do gênero como conteúdo na formação inicial docente, ou seja, no currículo do ensino superior, em especial, nas licenciaturas e na Pedagogia.

O texto faz um alerta também para o *status* secundário que gênero possui nos cursos de formação docente no ensino superior, revelando como o cenário acadêmico ainda enfrenta desafios importantes para a institucionalização da temática de gênero no currículo, e aponta como o feminismo acadêmico no Brasil envolve não só um trabalho de sensibilização, articulação e cooperação com diferentes grupos de mulheres, sociedade civil e órgãos governamentais, mas revela também lutas constantes para garantir sua legitimidade (Sardenberg, 2020). Ele está organizado em três partes. No primeiro tópico apresentamos os caminhos da pesquisa, a caracterização das participantes da pesquisa e os movimentos de coleta e análise dos dados, trazendo como base o conceito de experiência (Scott, 1998), que nos possibilitou explorar as narrativas e a construção de significados, para compreender os processos das lutas e desafios dessas mulheres para a inserção de gênero na formação docente nos cursos de Pedagogia.

No segundo tópico apresentamos alguns dados dos relatórios produzidos a partir dos Seminários “Educação em Sexualidade e Relações de Gênero na Formação Inicial Docente no Ensino Superior” da UNESCO (2014, 2017) sobre as políticas para a inclusão do debate de gênero na formação inicial. Apontamos, assim, a questão da formação inicial docente como central na promoção de mudanças relacionadas às temáticas de gênero e sexualidade. Para além disso, problematizamos como este debate

sobre a formação inicial docente vem sendo foco de iniciativas de parceria com instituições internacionais, que buscam aprofundar a discussão sobre a inserção da temática nos currículos de formação docente no ensino superior.

Por fim, no terceiro tópico, apresentamos as experiências e narrativas de quatro professoras universitárias feministas que atuam nos cursos de Pedagogia, as quais são pesquisadoras envolvidas no campo de estudos de gênero, para pensar as negociações realizadas para a incorporação dessas questões de gênero no contexto da formação docente inicial. Diante disso, as análises revelam o currículo como um campo de disputas e apresentam as estratégias de inclusão dessas questões nas diferentes disciplinas e os tensos processos que permeiam a institucionalização da temática de gênero. Apresentamos as abordagens utilizadas pelas professoras para provocar o debate do tema e o processo de desnaturalização de gênero junto a seus/suas estudantes, bem como indicamos os desafios diante do contexto político atual, considerando o campo da educação e gênero permeado de entraves, processos de elaboração tensos e negociados. Assim, problematizamos os preconceitos e as violências de gênero vivenciados no ambiente universitário, bem como a necessidade de questionar os constrangimentos baseados nos valores misóginos, sexistas e heteronormativos de nossa sociedade. Destacamos, desse modo, a atuação dessas mulheres dentro do próprio contexto universitário no enfrentamento das desigualdades e violências de gênero, ressaltando a urgência da institucionalização de medidas de reversão deste quadro e o papel social da universidade diante do cenário político educacional atual.

Caminhos da Pesquisa

Pesquisas realizadas recentemente alertam para a ausência das temáticas gênero e sexualidade nos debates na formação docente inicial. Os estudos apontam para tensas negociações e embates sobre as discussões de gênero na formação docente (Soares, 2018; Vianna, 2020), trazendo-nos muitos entraves e desafios atuais. O debate sobre as temáticas das relações de gênero na formação inicial docente vem sendo foco de iniciativas de parceria com instituições internacionais, que buscam aprofundar a discussão sobre a inserção das temáticas nos currículos de formação docente no ensino superior. E vale destacar que os Seminários “Educação em Sexualidade e Relações de Gênero na Formação Inicial Docente no Ensino Superior” realizados em 2013 e 2015³ reuniram pesquisadores, gestores e representantes da sociedade civil, com o objetivo comum de subsidiar as instituições de ensino superior com informações para a inclusão das temáticas na formação integral dos professores.

Os procedimentos metodológicos da pesquisa contaram com a análise dos Relatórios produzidos a partir desses Seminários (UNESCO, 2014, 2017) sobre experiências acadêmicas voltadas às temáticas de gênero e educação em sexualidade nos cursos de formação inicial de professores. Os relatórios revelaram que, apesar dos marcos normativos possibilitarem a inserção da discussão de tais temáticas na educação, a realidade social não tem sido favorável, e salientaram também como

³ Em 2013 e 2015 foram realizados seminários, organizados pela UNESCO no Brasil em parceria com a Fundação Carlos Chagas (FCC/SP) e a Rede de Gênero e Sexualidade (REGES), que abordaram o tema Educação em Sexualidade e Relações de Gênero na Formação Inicial Docente. Disponível em: Unesco (2017).

aspectos religiosos têm influenciado sobremaneira a inclusão de tais temáticas, assim como o desenho de políticas públicas. Por outro lado, os resultados revelaram como os grupos e os núcleos de pesquisa têm sido grandes aliados nessa discussão no âmbito das universidades.

A partir desse contexto questionamos: quais os desafios da inserção de gênero a partir da experiência de professoras universitárias feministas que atuam nos cursos de formação inicial de Pedagogia? Quais são os desafios enfrentados por essas mulheres e como elas têm lidado com a inclusão dessa temática nos espaços em que atuam? Para responder tais questões, buscamos identificar os desafios da inserção de gênero na formação docente a partir da experiência formativa, acadêmica e docente de pesquisadoras que atuam na área dos Estudos de Gênero e Educação em cursos de Pedagogia.

Os procedimentos da pesquisa contaram também com a realização de entrevistas semiestruturadas com quatro professoras feministas nomeadas pelos pseudônimos Patrícia Galvão, Leila Diniz, Virginia Woolf e Frida Kahlo, que lecionam em cursos de Pedagogia, são líderes de grupos de pesquisas sobre gênero na educação, localizadas através do Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil do CNPq, e mostraram interesse de participar da pesquisa, conforme apresenta o Quadro 1.

Quadro 1 – Caracterização das participantes da pesquisa

Tabela 1.					
Pseudônimos	Região do Brasil	Curso em que Leciona	Idade	Tempo de Docência	Nível de Formação
Patrícia Galvão	Sul	Pedagogia e Licenciaturas	60	34 anos	Doutorado em Educação
Leila Diniz	Sul	Pedagogia e Licenciaturas	60	39 anos	Doutorado em Educação
Virginia Woolf	Sudeste	Pedagogia	47	22 anos	Doutorado em Educação
Frida Kahlo	Sul	Pedagogia	50	23 anos	Doutorado em Educação

Fonte: Elaborado pelas autoras.

A pesquisa apresenta um recorte regional, pois todas as entrevistadas atuam em IES do Sul e Sudeste, regiões nas quais se concentra a maior parte das IES brasileiras, considerando ainda que a região Sul tem despontado como reduto político conservador. Cada uma das professoras recebeu um nome fictício, escolhido para preservar suas identidades e evitar qualquer associação que pudesse dar indícios de quem são as participantes. Os nomes escolhidos representam mulheres escritoras, ativistas, intelectuais e feministas empenhadas na transformação da sociedade. A escolha dos nomes fictícios (Frida Kahlo, Patrícia Galvão, Leila Diniz e Virginia Woolf) não tem nenhuma relação direta com as participantes da pesquisa, mas objetivou homenagear a diversidade de mulheres que nos impactaram com as suas ideias emancipadoras feministas, ocupando espaços e marcando posições de ativismo na sociedade.

Através de entrevistas semiestruturadas com essas quatro professoras, foi possível captar experiências, valores, opiniões, aspirações e motivações das entrevistadas, segundo os critérios e interesses do tema investigado. As entrevistas semiestruturadas permitiram respostas mais abrangentes e espontâneas, que

possibilitaram uma abertura e uma proximidade maior entre entrevistadora e entrevistadas ao tocar em assuntos complexos e delicados. As informações de caracterização das entrevistadas foram coletadas inicialmente através da Plataforma Lattes e, posteriormente, por meio de entrevistas, como uma forma de compreender quem são essas participantes da pesquisa e quais foram seus percursos formativos, acadêmicos e docentes. Diante deste contexto, a pesquisa traz as experiências dessas mulheres pesquisadoras, líderes de grupos de pesquisas, buscando conhecer suas narrativas e vivências, bem como tentando desocultar suas vozes e conhecer os desafios de seus fazeres docentes no contexto universitário.

Apesar dos estudos de gênero na educação terem ganhado força desde os anos 1980 e já se consolidarem em diversas instituições de ensino superior, por meio de centenas de grupos de pesquisa, temos ainda muitos desafios para incorporar ao projeto político pedagógico das licenciaturas, em especial à Pedagogia, tal debate, como revelam as narrativas de quatro professoras universitárias.

Com o preocupante cenário cultural e político que vivemos hoje, com as diversas influências que procuram impedir o uso do gênero e assumem a forma de uma verdadeira cruzada antigênero (Vianna, 2020), em que questionam a pertinência da discussão de gênero no âmbito educacional, se faz relevante trazer as reflexões sobre formação docente e a inserção de gênero nos cursos de Pedagogia a partir das vozes potentes dessas mulheres.

Políticas para Inclusão do Debate de Gênero na Formação Inicial

Trazemos para esta reflexão dois importantes relatórios da UNESCO que foram produzidos no contexto do “Seminário Educação em Sexualidade e Relações de Gênero na Formação Inicial Docente no Ensino Superior” (2014, 2017). As discussões realizadas apontaram dados relevantes ao apresentar um mapeamento que traz os entraves e os avanços da discussão de gênero na educação, bem como apontam a carência desse debate formativo e detectam que há somente tentativas isoladas de discussão na formação docente inicial.

O primeiro relatório (2014) é resultado do seminário realizado em 9 de outubro de 2013, na Fundação Carlos Chagas, que contou com ocupantes de cátedras da UNESCO, pesquisadores/as de ensino superior e membros da organização ECOS (Comunicação em Sexualidade). O encontro foi concebido em virtude da obra *Orientação técnica internacional de educação em sexualidade*⁴, adaptada para o contexto brasileiro e voltada para a preocupação com a formação inicial docente em relação às temáticas de gênero e sexualidade e a eliminação das violências; o trabalho afirma o papel do/a professor/a como central na promoção de mudanças sobre essas questões, alertando para a necessidade dessas discussões na formação inicial.

O relatório já observava que as discussões com relação a tais temáticas tinham sofrido retrocessos, principalmente no tocante às políticas públicas. Mas mesmo que não houvesse uma política de Estado, ainda havia naquele momento certa “liberdade” para discutir essas questões. Porém, o relatório já alertava para o crescente poder de

⁴ Orientação técnica internacional sobre educação em sexualidade, UNESCO (2010).

grupos religiosos e conservadores na sociedade e, em especial, frente às instituições públicas educacionais e aos poderes legislativos em todas as esferas (municipal, estadual e federal). O documento mostrava ainda como as agendas de gênero, sexualidade e diversidade tinham sido utilizadas como moeda de troca em negociações políticas, provocando muitos retrocessos, considerando a proximidade dos momentos eleitorais, como o ocorrido em relação ao Kit Escola Sem Homofobia⁵.

O relatório alertava para o pequeno número de pesquisas na área de formação de professores/as ligadas ao gênero, para a dependência de iniciativas individuais com relação à inserção dessas temáticas na formação docente inicial, para a ausência de gênero em um currículo integrado de forma permanente e independente de se ter um/uma especialista na temática no corpo docente da universidade. Ele apontava que era necessária uma maior articulação entre as várias áreas disciplinares que pesquisam gênero e sexualidade dentro da universidade, indicando a necessidade de institucionalizar tal debate nesses espaços.

O relatório também chamava atenção para uma desarticulação com o suposto campo macro de educação: a falta de debates com aqueles que formulam as políticas públicas de educação das áreas de currículo, avaliação e orçamento, nas quais essas temáticas eram contempladas; a falta de se pensar a prática docente com relação ao gênero e à sexualidade, pois as discussões eram realizadas e concentradas nas disciplinas sobre os fundamentos; a dificuldade de se levar o debate apresentado no seminário para os pares nas instituições de ensino superior (IES); a dificuldade de fazer o assunto chegar à reestruturação dos currículos dos cursos de Pedagogia. A temática adentrava a educação muito tardiamente. O documento destacava inclusive a necessidade de mostrar nas pesquisas os impactos dessas discussões que têm sido realizadas para medir os resultados em avaliações externas e internacionais.

A tentativa de inserção dessa discussão na formação docente inicial tem sido realizada de forma isolada, por iniciativas individuais de professores e pesquisadores das universidades públicas e de algumas particulares. A grande aliada dessa inserção tem sido a criação por docentes das universidades de grupos e núcleos de pesquisas que discutam as temáticas de gênero, sexualidade, diversidade sexual e raça/etnia. Ainda assim, as disciplinas que têm sido oferecidas em sua maioria não fazem parte integrante dos currículos formais dos cursos de formação docente. Portanto, é necessária uma discussão sobre a reestruturação desses currículos de modo que os temas apresentados nesse seminário passem a ser obrigatórios na formação de profissionais da educação no Brasil (UNESCO, 2014, p. 14).

O relatório salientou que, apesar dos impasses e retrocessos nessa discussão, houve também avanços destacados como a Conferência Nacional de Educação (CONAE); a Conferência das Mulheres; o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres; os Programas e Projetos e a Formação Continuada da Secretaria de Educação,

⁵ O Projeto Escola Sem Homofobia articulado ao programa Brasil sem Homofobia foi desenvolvido por importantes ONGs com a supervisão do Ministério da Educação. Trata-se de um material educativo que aborda de modo sistemático a homofobia. Foi vetado em 2011 após pressão dos religiosos no Congresso Nacional (Vianna; Unbehaum, 2016).

Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI)⁶; os grupos de pesquisas nas universidades; a ampliação do número de disciplinas ofertadas que contemplem a temática, ainda que na sua maioria eletivas e optativas. Apesar de as políticas públicas de educação e dos marcos normativos possibilitarem a inserção da discussão de tais temáticas no âmbito da educação, a conjuntura não parecia mais ser favorável a isso, e as/os profissionais da educação tinham pouca ou nenhuma formação necessária para debater os temas.

Desse modo, ele já alertava para a necessidade de se refletir sobre o cenário de retrocesso, uma vez que as discussões sobre gênero e sexualidade estão diretamente ligadas aos indicadores de qualidade da educação e da saúde. O documento apontava que era necessário reagir, somar forças em defesa da laicidade e não recuar com relação às conquistas das últimas décadas, e destacava ainda a necessidade de as temáticas serem incluídas no currículo da formação inicial e continuada de docentes. Ele salientava também a importância das articulações de entidades, pessoas e movimentos da sociedade civil, que buscam incidir politicamente para que a educação em sexualidade seja reconhecida como parte dos direitos humanos. E, principalmente, ressaltava a necessidade de sensibilizar universidades, sociedade civil e órgãos governamentais sobre a importância da inclusão do debate de gênero e da educação em sexualidade na formação inicial de professores/as, por meio da oferta de disciplinas nos currículos (UNESCO, 2014).

Já o segundo relatório (UNESCO, 2017), concernente ao segundo “Seminário Educação em Sexualidade e Relações de Gênero na Formação Inicial Docente no Ensino Superior”, realizado no ano de 2015, retomou as discussões realizadas no primeiro seminário, apontando para os desafios persistentes no campo e para a existência de preconceitos em relação às temáticas de gênero e sexualidade nas IES bem como para questões ideológicas de natureza religiosa que limitam a inclusão dos temas. Os debates trouxeram diferentes destaques e importantes contribuições para pensar gênero e sexualidade nos currículos, nos planos e programas de educação, bem como revelaram a importância de revisar os projetos políticos pedagógicos das licenciaturas, da realização de fóruns de sensibilização para o tema nas IES, com a parceria entre academia e gestores (proponentes de políticas públicas) e com outros setores como meio de fortalecer a regulação da temática nas Diretrizes Curriculares Nacionais e buscar promover a avaliação institucional nos cursos de graduação. O documento também aponta para a importância da atuação de coletivos universitários, com foco no debate sobre violências, assédios e abusos, por meio de uma linguagem escrita e imagética não discriminatória, alertando para a necessidade da institucionalização por meio de disciplina específica obrigatória (UNESCO, 2017).

O documento recomenda ainda fortalecer grupos na universidade para a legitimidade do tema, inclusão das temáticas de gênero e sexualidade nas diretrizes das licenciaturas, apoiar grupos de assistência estudantil que discutem gênero e sexualidade, manter e ampliar fomento à pesquisa, levar em consideração as especificidades regionais de cada IES, reforçar a importância de educação em sexualidade a partir de marcos legais e acordos internacionais de que o Brasil é signatário e, por fim, efetivar as propostas nos Planos Nacionais de Educação em Direitos Humanos (2007).

⁶ Secretaria extinta no dia 02 de janeiro de 2019, um dia após a posse do presidente Jair Messias Bolsonaro, com o decreto n.º 9.465, de 2 de janeiro de 2019 (Brasil, 2019).

Reafirmando as considerações do primeiro seminário, este segundo relatório continua destacando a formação docente como um dos campos mais importantes para se trabalhar as relações de gênero e a educação em sexualidade e direitos humanos, associadas às questões sociais gerais, e aponta para as Diretrizes Nacionais da Formação de Professores, bem como para a importância de se garantir conteúdos específicos da área ou interdisciplinares de modo a contemplar temas como diversidades de gênero, étnico-raciais, religiosas, etc. As conclusões do relatório entendem que os docentes são atores essenciais para uma resposta eficaz no combate às desigualdades, discriminações e violências que vivemos no presente, e que desenvolver uma ação crítica sobre o conteúdo dos materiais pedagógicos e mensagens que reforçam preconceitos e estereótipos é uma exigência precisa ser incorporada na formação de docentes da educação básica. Elas apontam para a necessidade de fomentar os aspectos político e social de tais debates nos espaços acadêmicos, inclusive na perspectiva das discriminações e violências.

Tais relatórios (UNESCO, 2014, 2017) são materiais importantes para pensar as experiências das professoras pesquisadoras entrevistadas, pois valorizam as trocas de diferentes experiências formativas e acadêmicas, elementos que potencializam o diálogo em busca de práticas que possam consolidar a discussão de gênero na formação docente inicial e representam, dessa forma, uma porta de entrada para abordar temáticas vinculadas a discriminações, desigualdades e violências presentes no espaço educativo.

Experiências Docentes: Gênero para Combater as Desigualdades e Violências

Com o propósito de conhecer mais e melhor as professoras participantes da pesquisa, nos aproximamos das experiências vivenciadas e das lutas travadas para a inserção de gênero no processo formativo docente. Nesse sentido, a pesquisa conta com as contribuições dos estudos feministas e de gênero, para pensar as experiências docentes. Gênero coloca-se como categoria útil de análise para pensar as relações de gênero na universidade, porque se refere a um elemento constitutivo das relações baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, sendo a forma primária de significar relações de poder. Portanto, é relacional, porque marca a experiência humana e as relações sociais (Vianna, 2017).

O gênero informa sobre a vida social, e a distinção sexual é a forma principal de diferenciação; a legitimação do gênero funciona de várias maneiras. Gênero, desse modo, é um meio de decodificar o sentido e compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana (Scott, 1998). “Ele exige a análise não só da relação entre experiências masculinas e femininas no passado, mas também a ligação entre a história do passado e as práticas históricas atuais” (Scott, 1998, p. 52). Trata-se de um alerta para a necessidade de atenção aos sistemas de significados para ver como as sociedades representam o gênero e o utilizam para articular regras de relações sociais ou para construir o sentido da experiência (Scott, 1998).

Assim, a autora sinaliza que temos de tratar tanto do sujeito individual como da organização social e articular suas inter-relações para compreender como funciona o gênero. Por isso, importam as relações entre as experiências individuais, nesse caso, das professoras pesquisadoras, e as do conjunto da organização social, a universidade, para entender, através das lutas travadas para a legitimação de gênero no currículo, as

negociações e as contribuições para pensar projetos políticos de curso, que abarquem gênero como uma categoria a ser considerada, como compromisso e reconhecimento das desigualdades sociais. Podemos apreender a experiência como processos pelos quais sujeitos são criados, e as situações e posições que são conferidas aos sujeitos ao longo de sua história. A experiência

[...] é uma parte tão integrante da linguagem cotidiana, tão imbricada em nossas narrativas que parece fútil argumentar em favor de sua expulsão. Ela serve como uma forma de falar sobre o acontecido, de estabelecer diferença e similaridade, de postular o conhecimento que é inatacável (Scott, 1998, p. 324).

Ao longo desta pesquisa foi possível ouvir as experiências e as histórias das professoras, a partir de memórias construídas na vida pessoal e coletiva. Nesse sentido, podemos compreender a experiência como

[...] matéria-prima da vida coletiva e da vida pessoal, que se produz a partir de lembranças, muitas vezes não conscientes, que aparecem na memória. Esta experiência, pessoal e coletiva, constituída por essa rememoração tem a potência de movimentar a vida e o mundo – a história (Mendonça, 2020, p. 21).

Para além disso, ela pode ser uma importante ferramenta para pesquisa, pois, segundo a autora, carrega em si a potência de transformar o mundo, de desalienar a consciência e de sair da servidão voluntária.

A estratégia metodológica da pesquisa, que focou nas experiências e nas narrativas das professoras pesquisadoras participantes, trouxe importantes possibilidades de análise e compreensão sobre os processos e os desafios de inserção de gênero na formação docente inicial nos cursos de Pedagogia. O ato de poder falar de si, de narrar seus percursos, assim como rever os processos vivenciados, possibilitou às professoras feministas pesquisadoras atribuírem, e compartilharem, significados à pesquisa. Suas narrativas mostram que gênero é um campo que ainda se consolida e busca legitimidade na formação docente. Trata-se de um espaço de disputa, no qual estas professoras vão provocando, questionando, incomodando e dando visibilidade, a fim de promover práticas educativas emancipadoras de gênero.

As análises revelam como a inserção da temática tem sido realizada com muitos esforços, por estratégias e iniciativas individuais, considerando que os cursos em que essas professoras atuam ainda não abarcam gênero como obrigatório no currículo. Elas encontraram brechas institucionais que permitem oferecer os estudos de gênero por meio de disciplinas optativas e eletivas, ou transversalizando os debates nos conteúdos de disciplinas obrigatórias que ministram:

Essa disciplina não poderia ser oferecida esporadicamente, de modo opcional como eletiva, deveria fazer parte do projeto político pedagógico do curso e ser obrigatória. Deveria ser oferecida como uma carta de intenções da nossa universidade à sociedade, de comprometimento com a igualdade de gênero, com o término da violência contra a mulher e com a igualdade com todas as pessoas e, portanto, com a democracia (Entrevista com a professora Virginia Woolf).

Na medida que tenho horário disponível que eu oferto. Então essa é a questão, ela não é uma disciplina obrigatória. Temos a perda de não ter uma disciplina obrigatória. Isso não garante que todos que saem do curso, passaram por essa disciplina. Por mais que a gente lute e se esforce ofertar sempre que possível, para mais pessoas poderem usufruir das discussões, isso não garante (Entrevista com a professora Frida Kahlo).

Na formação inicial, não ocorre a implementação devida e há descontinuidades nas políticas, como destacam as professoras ao ressaltar que os regimentos, as leis e as políticas públicas são marcos importantes na efetivação de gênero no currículo. Elas alertam ainda para o perigo de soluções paliativas, como as propostas de abordar a temática por meio de seminários ou outros formatos esporádicos, medidas que tentam sanar esta lacuna, mas revelam o status ainda secundário da temática e a falta de obrigatoriedade do debate:

Ninguém vai defender que curso de Pedagogia, não tem que estudar metodologia de ciências [...], mas, quando se trata da discussão de gênero, ouvimos “não pode ser um tópico na ementa?”, “não pode ser discutido na forma de seminários?” Então é uma questão supérflua? Gênero ainda enfrenta muitas disputas (Entrevista com a professora Leila Diniz).

Quando eu coordenei o curso de Pedagogia e insisti em colocar uma disciplina gênero na educação, aí me jogaram para uma eletiva, optativa, por conta da falta de espaço no currículo, enfim, eu fiquei muito irritada (Entrevista com a professora Patrícia Galvão).

A insistência pela criação de espaços de inserção do debate de gênero na educação, e gênero enquanto um campo de disputa, revela as desigualdades presentes no currículo, que ainda não deu conta de incorporar em seu escopo uma discussão que atravessasse a formação docente inicial. As professoras pesquisadoras apontam para os argumentos que tentam impedir a inclusão de gênero como uma disciplina presente no Projeto Pedagógico do Curso, ou tentam colocar o debate em outros formatos esporádicos, supérfluos, com a sugestão de seminários. As experiências revelam uma grande resistência por parte da equipe docente de se comprometer com a importância da temática, utilizando diferentes argumentos para não incluir gênero, preocupação que parece ter centralidade para as professoras pesquisadoras e não no projeto político da instituição:

Eu que dei o nome da disciplina, criei a disciplina como optativa, depois eu fiquei insistindo em reunião de departamento colocando como ponto de pauta para ela virar uma disciplina eletiva e entrar no Projeto Pedagógico do curso. Teve um professor que me disse: “você vai embora e o que acontece?” (Entrevista com a professora Virginia Woolf).

Tem gênero porque eu estou lá. Vejo que é assim, quando tem alguém que está atuando nesse campo temático, consegue provocar essa discussão. Se não tem alguém nesse campo temático a discussão desaparece. Não há uma preocupação teórica dos cursos de Pedagogia, não há essa preocupação teórica colocada. Ela é assumida, ela é problematizada, ela é considerada, quando alguém que venha deste campo e movimenta (Entrevista com a professora Leila Diniz).

A defesa da temática por parte das professoras pesquisadoras as coloca em um contexto de disputas para garantir essa discussão no currículo, exigindo a construção de muitos e bons contra-argumentos para garantir a inserção da temática. A prevenção da violência de gênero é um dos argumentos para apoiar a implementação de iniciativas educacionais relacionadas às diferenças de gênero. Incluir gênero na formação docente inicial envolve questionar também as marcas de violência, da reprodução de preconceitos e discriminações no contexto das relações na universidade. Este não seria realmente um objetivo tão importante se a gravidade do fenômeno não fosse reduzida e negada pela onda de conservadorismos que vivemos, por exemplo, ao julgarem os dados sobre feminicídios não confiáveis ou argumentarem que os termos da questão foram agora invertidos e que são os homens o objeto de violência de gênero (Poggio, 2015).

Olhar para os constrangimentos, discriminações e violências de gênero no contexto universitário, ao longo do processo formativo, também se mostrou relevante quando tratamos das experiências e narrativas das professoras pesquisadoras sobre gênero. As várias formas de violência, física, verbal, sexual, psicológica, não ocorrem isoladamente e podem estar presentes na experiência formativa no contexto da universidade. As professoras pesquisadoras revelam a necessidade de combater as diferentes situações de enfrentamento, como, por exemplo, as negociações para a inserção de gênero no currículo, com argumentos, estratégias, planejamento e lutas contra a invisibilização do campo em que atuam, contra a segregação, o sexismo, o machismo e o patriarcalismo.

As experiências e narrativas das professoras pesquisadoras descortinam também os estereótipos e preconceitos reproduzidos dentro do espaço da universidade. Diante das violências no contexto universitário, trotes, homofobia, lesbofobia e discriminação de gênero e até abusos sexuais e estupros dentro desse espaço, as professoras pesquisadoras trazem relatos muito importantes, que mostram o perigo de a violência estar sendo silenciada não somente no âmbito privado, mas também em nível institucionalizado no contexto universitário:

Na universidade no ano passado teve o estupro de uma jovem. O trote também é extremamente violento, sexista, homofóbico, e a universidade não quer olhar, ela faz um silêncio para aquilo que está berrando o tempo todo. Hoje, eu coordeno uma pesquisa quantitativa na universidade sobre violência de gênero no ambiente universitário. Fiz em parceria com uma outra professora, daqui do estado, tem dados que a gente não supõe, como a violência, onde ela acontece, a sutilidade. É bem interessante. Então como eles gostam de dados quantitativos, mando dados quantitativos, vão entender e vão interpretar esses dados (Entrevista com a professora Leila Diniz).

Teve um trote aqui chamado “Caloura cara de sapatão” e como resposta eu fiz a reitoria se retratar, fazendo uma campanha de visibilidade lésbica, eu fiz a campanha e a reitoria assumiu [seu erro] (Entrevista com a professora Virginia Woolf).

A questão da violência precisa ser problematizada, a fim de se construir estratégias e meios para interromper essas práticas discriminatórias e violentas. Percebemos a carência de debates que tratem dessa questão, acendendo um alerta para que a violência na universidade seja observada com mais atenção. Ana Buquet Corleto (2020) traz contribuições importantes para pensar a universidade, com iniciativas contra

as violências de gênero nesse contexto, e propõe institucionalizar e transversalizar a perspectiva de gênero em três eixos: regulações, estruturas e políticas públicas no ensino superior. Ela também sugere que as instituições educacionais teriam de elaborar suas normativas com base nos padrões nacionais e internacionais de direitos humanos e igualdade de gênero, além da criação de regulamentos específicos para promover a igualdade de gênero nas comunidades e outros espaços, para abordar, investigar, punir e erradicar a violência de gênero. Estas são ações que extrapolam o debate da inclusão de gênero na constituição das matrizes curriculares, mas estão no campo das relações e ações tão relevantes para este debate que trata da formação docente.

As experiências das participantes também apontam algumas direções possíveis para o debate sobre a violência de gênero nas universidades, revelando que o espaço da docência não pode invisibilizar situações de abuso ou constrangimento de gênero. Isto é, falar sobre gênero no processo formativo docente configura-se como um desafio bastante inquietante diante desse momento de despolitização da educação, de conflito em torno dos direitos, entendidos como uma ameaça, e de reformas educacionais sob tensão.

As narrativas das professoras pesquisadoras trazem suas respostas diante do atual contexto político, que exige enfrentamento. Os resultados revelaram como seus grupos e os núcleos de pesquisa têm sido aliados nesse processo, com atividades de pesquisa e de extensão, que se refletem em proposições e organizações de comissões e grupos de enfrentamento às violências, em campanhas e redes, que ajudam a retirar da invisibilidade tais problemas e buscam a criação de medidas institucionais de eliminação das desigualdades:

O campus recebeu denúncias aqui na região 'meu professor assediador', citaram a unidade daqui do campus. Ao vir de fora para dentro, a questão sensibilizou o diretor do campus, que me chamou e falou 'a gente tem que fazer alguma coisa' e falei 'então vamos pensar no observatório de violência de gênero, vamos fazer uma comissão com estudantes, professoras'. Olha, para você ver a importância, são duas professoras colaboradoras que estão indo pra comissão, professora efetiva não vai para comissão, 'ah, discutir isso [...]' (Entrevista com a professora Leila Diniz).

Tem que ter procedimentos internos e regulamentos. Eu não fico só com a punição, eu acho que tem que ter ação educativa, mas a punição é importante. Nossos assediadores têm que ser punidos, porque senão eles vão fortalecer a violência. Então a universidade institucionalmente, só se preocupa quando algum caso grave se torna público, o que eu lamento. A gente devia olhar internamente para isso que está acontecendo, e todo mundo finge que não vê, finge que não ouve, porque a violência tende a se agravar (Entrevista com a professora Leila Diniz).

Diferentes ações vão sendo construídas diante da possibilidade de se tirar da invisibilidade, desconstruir e problematizar os contextos de violências, como uma violação dos direitos de estudantes ou docentes, que impeçam a capacidade coletiva de alcançar uma educação de qualidade. As professoras deixam um alerta para que a violência na universidade seja observada e problematizada com mais atenção:

As relações de gênero vividas dentro da universidade são extremamente conservadoras. Nós tivemos dentro da universidade, um grupo que estudava a violência de gênero, elaborava cartazes e outras ações. Os alunos até tiravam sarro, mas nós não deixamos,

não desistimos, aos poucos conseguimos visualizar mudanças. Normalmente as meninas são as primeiras a tentar questionar. O gênero briga o tempo todo ali dentro (Entrevista com a professora Patrícia Galvão).

Então, a gente tem que ter campanha. Se a gente não mudar e não expuser as figuras a violência vai se perpetuando. Começamos a expor as pessoas que eram contra a campanha, que debochavam da campanha lésbica, que eram misóginas. Aquele professor lá? Que fica assediando as alunas dentro do gabinete? [...] Meses depois o professor foi mandado embora, porque assediava alunas (Entrevista com a professora Virginia Woolf).

As falas também apontam algumas direções possíveis para o debate sobre a violência de gênero nas universidades, revelando que o espaço da formação docente na universidade não pode invisibilizar situações de violência de gênero. Diante das violências vivenciadas no contexto universitário, as professoras pesquisadoras revelam também suas estratégias, perspectivas e formas de intervenção, a partir de pesquisas e campanhas de conscientização. Trata-se, portanto, de engajamentos e ações políticas importantes que contribuem de forma significativa para o combate a várias formas de violência praticadas nas universidades. Nesse sentido, as professoras pesquisadoras também procuram manter a função social da universidade, uma vez que estão comprometidas em salvaguardar os direitos humanos, negligenciados pela universidade, que silencia ou não trata como demandas a discussão e resolução das violências.

Suas experiências revelam a necessidade de um projeto de educação que conecte teoria e prática, fundamental para desconstruir os discursos de misoginia, atento a supostas subversões de valores, de conceitos, envolvendo um complexo processo formativo subjetivo e profissional. Suas experiências nos mostram ainda que é preciso pensar uma pedagogia crítica, que desafie as relações hierárquicas de gênero dominantes, isto é, uma pedagogia com caráter político de emancipação, que questione a construção de um conhecimento supostamente neutro e natural (Brunila, 2019), que possa, assim, transformar as relações sociais desiguais e servir de instrumento de resistência para o campo educativo.

A cultura institucional das universidades tem significados tradicionais profundamente ancorados, em que o masculino e o feminino se opõem através das disciplinas do conhecimento, hierarquias, espaços, etc. Corleto *et al.* (2013) compreendem que há um cenário de muita desigualdade na universidade, em que homens e mulheres desenvolvem papéis diferenciados, e, nesse sentido, as instituições de ensino superior são reprodutoras de uma organização hierárquica em que os homens estão “acima” das mulheres e isso se sustenta com a divisão sexual do trabalho, com a avaliação diferenciada das disciplinas, que se refletem também na pesquisa, como nos indica a professora Patrícia Galvão ao compartilhar conosco o questionamento recebido: “*Você pesquisa mulheres?*”

Ana Buquet Corleto (2020) defende os estudos de gênero como uma contribuição inovadora para as instituições de ensino superior. Além disso, destaca que uma das contribuições do feminismo se concentra na potencialidade do conceito de gênero para analisar e compreender as desigualdades entre homens e mulheres, servindo como fonte fundamental para a implementação de políticas públicas. A autora sugere ainda que as universidades deveriam ter entidades acadêmicas especializadas em estudos de gênero para pensar os problemas sociais que requerem atenção das políticas públicas, entre outras dimensões.

Assim, a promoção da igualdade de gênero, bem como a eliminação das violências, requer estruturas especiais: para que as universidades possam promover a igualdade de gênero e erradicar a violência, precisam contar com instrumentos específicos para prevenir, atender, punir e erradicar a violência de gênero, que devem ser autônomos para que se tenha possibilidade de operacionalizar a política institucional de gênero em sua comunidade.

Considerações Finais

Os movimentos antigênero no Brasil geraram impactos significativos na educação, mobilizaram discursos antifeministas e cis-heteronormativos que se refletem no processo de formação docente. Se, por um lado, foi possível observar tentativas de silenciamento e um clima de tensão e indignação envolvendo o debate de gênero, por outro, o debate aparece ainda como mais profícuo, porque as relações e conflitos de gênero estão recebendo atenção, de modo a suscitar questionamentos de certezas e promover debate, desvendando gênero como elemento fundante nos processos formativos docentes. As vozes das professoras pesquisadoras destacam a potência de uma Pedagogia Crítica Feminista, que tem um papel central na construção de formas de contrapolítica. As reflexões podem nos apontar a importância do feminismo universitário para a construção de uma universidade responsável, comprometida com a democratização, equidade, justiça social, que desenvolva pesquisas analisando a persistência da discriminação de gênero e sexual, promovendo redes, estratégias e diretrizes para combatê-la.

As experiências e narrativas docentes nos ajudaram a construir um olhar analítico para enxergar as diferenças sociais e também o processo histórico de construção e reprodução das desigualdades de gênero, o que pressupõe questionar as hierarquias e os valores de superioridade e inferioridade, ainda presentes em espaços educacionais e políticos como a universidade. Assim, “A diferença protege nossas características identitárias, enquanto que o direito à igualdade protege os indivíduos, cujas características são motivos para exclusão e discriminação” (Unbehaum, 2014, p. 16).

As temáticas de gênero ocupam espaço na universidade em virtude de professoras pesquisadoras feministas provocarem os deslocamentos nas instituições, contrapondo-se a paradigmas tradicionais nesses espaços, que muitas vezes são reprodutores de estereótipos, perseguindo estratégias de implementação de gênero e o compreendendo como algo imprescindível na formação do/a futura/o formador/a, como um modo de abalar os pilares do androcentrismo, para uma educação crítica e igualitária. Suas vozes ecoam ao falar sobre as contradições e tensões existentes nas sociedades e, conseqüentemente, nos cursos em que estão envolvidas, potencializando transformações nos espaços que ocupam dentro da universidade.

As possibilidades para pensar-se diante de gênero, como uma orientação e estratégia para a educação, a partir das experiências e narrativas destas professoras pesquisadoras, ajudam a problematizar as desigualdades e valorizar as diferenças dentro do contexto formativo docente, pensando também em diálogos entre as pesquisas de educação e o campo de gênero no âmbito acadêmico. Os debates de gênero atrelados às desigualdades, às violências contra a mulher e contra pessoas LGBTQIA+ revelam problemas ainda não internalizados pela conscientização social e educacional, havendo, com isso, uma tentativa de anulação desses debates nas instituições de educação.

Os espaços formativos podem ser lugares importantes para que a educação possa reagir, com o objetivo de alertar para a responsabilidade e para o compromisso da construção de processos educativos livres de estereótipos de gênero. “O ato de educar não é desprovido de intencionalidade política, seja para a submissão ou para emancipação humana” (Silva; Faria; Finco, 2019, p. 66). Portanto, a questão da educação e do posicionamento político torna-se mais complexa e urgente. Neste sentido, pautar a conquista de direitos a partir dos direitos humanos é uma das questões centrais com vistas à proteção do direito à vida, dados os altos índices de feminicídio e violência de gênero, que trazem a urgência da perspectiva feminista para a formação docente.

As experiências dessas mulheres convidam-nos a refletir sobre as disputas no contexto universitário, no espaço do currículo e na institucionalização de gênero, que se mostraram acirradas, envolvendo múltiplos sujeitos e narrativas. Elas nos fazem enxergar os desafios ainda imensos que estão pela frente quanto à institucionalização do campo, pois é de extrema relevância legitimar o debate de gênero no interior da academia, não só no campo específico feminista, privado, mas no contexto geral do ensino superior, como uma forma de não negligenciar as opressões e violências estruturais contra as mulheres e outros grupos marginalizados, e como forma de compromisso com a democracia, contribuindo assim para o debate teórico na construção de alternativas no espaço da universidade.

Diante desta complexidade, essas mulheres colocam-se em meio à disputa, não só no âmbito do currículo, mas como uma forma de institucionalizar gênero, como uma política institucional, que lança mão do compromisso com o reconhecimento e a eliminação das desigualdades na nossa sociedade, através de uma construção a partir da epistemologia feminista e de gênero para os cursos de formação docente. A discussão sobre formação inicial não é simples, ainda mais quando envolve pensar um currículo para profissionalizar com autonomia e capacidade crítica (Unbehaum, 2014).

As contribuições dos Estudos Feministas e Estudos de Gênero revelam-se como poderosas ferramentas teóricas, políticas e educacionais para auxiliar no reconhecimento das desigualdades sociais e no combate às violências, para subsidiar os debates necessários e urgentes na formação docente. Pensar na perspectiva histórica feminista e na inclusão de gênero na formação docente inicial coloca-nos muitos desafios diante do questionamento sobre a construção do conhecimento tomado como neutro e natural na sociedade, uma vez que a naturalidade pode esconder processos históricos e sociais que demandam problematizações, deslocamentos e rupturas para transformar a realidade.

Educar para a igualdade de gênero e o combate à violência exige ações articuladas de comunicação didática, educação e formação, ações de conscientização, através da concretização de um projeto educativo que possa representar a base para a construção de relações não discriminatórias entre homens e mulheres, a partir do envolvimento das universidades nos cursos de formação voltados à sensibilização, informação, prevenção e desenvolvimento do pensamento crítico.

Para finalizar, destacamos a relevância das instituições de ensino superior e o processo de formação docente inicial como espaços potentes para as possibilidades de rompimento de paradigmas ainda presentes em nossa cultura e sociedade. Abordar as perspectivas críticas que incluem as lentes de gênero feministas na formação docente significa refletir sobre as relações de poder em nossa sociedade, questionando o papel social e político das universidades, problematizando e construindo estratégias pedagógicas para combater as desigualdades e as violências de gênero.

Referências

- AQUINO, Maria Aparecida de. Brasil: 1964-2014 – uma comemoração possível. *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v. 15, n. 22, p. 190-207, 2014. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/view/P.2237-8871.2014v15n22p190/7019>. Acesso em: 15 ago. 2023.
- BRASIL. Decreto-lei nº 9.465, de 2 de janeiro de 2019. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Educação, remaneja cargos em comissão e funções de confiança [...]. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 1-B, p. 6, 2 jan. 2019. Disponível em: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/57633286. Acesso em: 15 ago. 2023.
- BRUNILA, Kristiina. The power of critical feminist pedagogy in challenging “learnification” and the neoliberal ethos. In: MAGARAGGIA, Sveva; MAUERER, Gerlinde; SCHMIDBAUR, Marianne (org.). *Feminist perspectives on teaching masculinities: learning beyond stereotypes*. London: Routledge, 2019. p. 1-13.
- CAPONI, Sandra; DARÉ, Patricia Kozuchovski. Neoliberalismo e sofrimento psíquico: a psiquiatrização dos padecimentos no âmbito laboral e escolar. *Mediações*, v. 25, n. 2, p. 302-320, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5433/2176-6665.2020v25n2p302>.
- CIÊNCIAS sociais em xeque no Brasil de Bolsonaro. CLACSO: Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais, Buenos Aires, 2 ago. 2019. Disponível em: <https://www.clacso.org/ciencias-sociais-em-xeque-no-brasil-de-bolsonaro/>. Acesso: 15 ago. 2023.
- CHAVES, Karen Laís Barbero; ALMEIDA, Carla Cecília; BELANÇON, Milena Cristina. Institucionalização de demandas feministas no Brasil: uma análise dos organismos, conselhos e serviços especializados para mulheres nos municípios. *Mediações*, v. 24, n. 3, p. 184-199, 2019. DOI: <https://doi.org/10.5433/2176-6665.2019v24n3p184>.
- COMITÊ NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS. *Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos*. Brasília: SEDH, ME, MJ, UNESCO, 2007.
- CORBANEZI, Elton; RASIA, José Miguel. Apresentação do Dossiê: racionalidade neoliberal e processos de subjetivação contemporâneos. *Mediações*, v. 25, n. 2, p. 287-301, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5433/2176-6665.2020v25n2p287>.
- CORLETO, Ana Buquet. Impulsar la igualdad de género en universidades previene la violencia. *Boletín UNAM-DGCS-1060*, Coyoacán, 1 dez. 2020. Disponível em: https://www.dgcs.unam.mx/boletin/bdboletin/2020_1060.html. Acesso em: 4 dez. 2022.
- CORLETO, Ana Buquet; COOPER, Jennifer A; MINGO, Araceli; MORENO, Hortensia. *Intrusas en la universidad*. Coyoacán: UNAM, 2013. Disponível em: <https://cieg.unam.mx/img/igualdad/intrusas-en-la-universidad.pdf>. Acesso em: 4 dez. 2022.
- DUARTE, Amanda Rodrigues. *Inserção de gênero na formação inicial dos cursos de Pedagogia a partir das experiências e narrativas docentes*. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2021.
- JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. *Revista Psicologia Política*, São Paulo, v. 18, n. 43, p. 449-502, 2018. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v18n43/v18n43a04.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2023.
- LEITE, Vanessa. “Em defesa das crianças e da família”: refletindo sobre discursos acionados por atores religiosos “conservadores” em controvérsias públicas envolvendo gênero e sexualidade. *Revista Latinoamericana de Sexualidad, Salud y Sociedad*, Rio de Janeiro, n. 32, p. 119-142, maio/ago. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sess/a/Cc68BmV888KZbTkwjwr495M/>. Acesso em: 15 set. 2023.
- MENDONÇA, Viviane Melo de. *Um dia você vai sentir na própria carne: afeto, memória, gênero e sexualidade*. Jundiá: Paco, 2020.
- MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 32, n. 3, p. 725-747, set./dez. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/Ns5kmRtMcSXDY78j9L8fMFL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 set. 2023.

- POGGIO, Bárbara. Se l'educazione di genere fa paura. *Ingenere*, Roma, 15 set. 2015. Disponível em: <https://www.ingenere.it/articoli/se-educazione-di-genero-fa-paura>. Acesso em: 2 abr. 2023.
- PRADO, Marco Aurélio Máximo; CORREA, Sonia. Retratos transnacionais e nacionais das cruzadas antigênero. *Revista Psicologia Política*, Florianópolis, v. 18, n. 43, p. 444-448, set./dez. 2018. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v18n43/v18n43a03.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2023.
- SARDENBERG, Cecília M. B. História e memória do feminismo acadêmico no Brasil: o núcleo de estudos interdisciplinares sobre a mulher NEIM/UFBA (1983-2020). *Revista Feminismos*, Salvador, v. 8, n. 3, p. 82-121, set./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/42032/23894>. Acesso em: 8 abr. 2023.
- SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de et al. (org.). *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. São Paulo: Bazar do Tempo, 2019. p. 50-83.
- SCOTT, Joan Wallach. A invisibilidade da experiência. *Projeto História*, São Paulo, v. 16, p. 297-325, jan./jun. 1998. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11183/8194>. Acesso em: 8 abr. 2023.
- SILVA, Adriana Alves da; FARIA, Ana Lúcia Goulart de; FINCO, Daniela. Lute como uma menina! O verbo é lutar desde o nascimento na vida de meninas. *Historiæ*, v. 10, n. 1, p. 59-82, 2019. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/10991/7099>. Acesso em: 15 ago. 2023.
- SOARES, Alexandre Gomes. *A inserção de disciplinas de gênero em cursos de Pedagogia de Faculdades de Educação: caminhos e desafios em três universidades federais em Minas Gerais*. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- UNBEHAUM, Sandra. *As questões de gênero na formação inicial de docentes: tensões no campo da educação*. 2014. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.
- UNESCO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA. *Seminário educação em sexualidade e relações de gênero na formação inicial docente no ensino superior*.: Fundação Carlos Chagas, São Paulo, 9 out. 2013: relatório final. Brasília: Unesco, 2014. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000233142>. Acesso em: 10 abr. 2023.
- UNESCO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA. *Seminário educação em sexualidade e relações de gênero na formação inicial docente no ensino superior*: São Paulo, nov. 2015: relatório final. Brasília: Unesco, 2017. Disponível em: <https://prceu.usp.br/wp-content/uploads/2020/10/2017-UNESCO-Seminario-Educacao-em-sexualidade-e-relacoes-de-genero.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2023.
- UNESCO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA. *Orientação técnica internacional sobre educação em sexualidade: uma abordagem baseada em evidências para escolas, professores e educadores em saúde*. Brasília: Unesco, 2010. (Razões em favor da educação em sexualidade, v. 1). Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000183281_por. Acesso em: 10 abr. 2023.
- VIANNA, Cláudia Pereira; UNBEHAUM, Sandra. Contribuições da produção acadêmica sobre gênero nas políticas educacionais: elementos para repensar a agenda. In: VIANNA, Cláudia; CARREIRA, Denise; LEÃO, Ingrid; UNBEHAUM, Sandra; CARNEIRO, Suelaine; CAVASIN, Sylvia. *Gênero e educação: fortalecendo uma agenda para as políticas educacionais*. São Paulo: Ação Educativa: Cladem; Ecos: Geledés: Fundação Carlos Chagas, 2016. p. 55-119.
- VIANNA, Cláudia Pereira. Debates e embates de gênero: dos estudos às políticas e práticas educativas. In: FINCO, Daniela; SOUZA, Adalberto; CRUZ, Nara R. (org.). *Educação e resistência escolar: gênero e diversidade na formação docente*. São Paulo: Editora Alameda, 2017. p. 49-59.
- VIANNA, Cláudia Pereira. Gênero: conceito capaz de apreender a construção social e histórica das relações sociais. [Entrevista cedida a] Maria Cláudia Dal'igna; Renata Porcher Scherer. *Revista Diversidade e Educação*, Rio Grande, v. 8, n. 1, p. 7-24, jan./jun. 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/343990531_Entrevista_com_Claudia_Vianna_Genero_o_conceito_capaz_de_apreender_a_construcao_social_e_historica_das_relacoes_sociais. Acesso em: 15 abr. 2023.
- VIANNA, Cláudia Pereira; BORTOLINI, Alexandre. As agendas feministas, LGBT e antigênero em disputa nos Planos Estaduais de Educação (2014-2018). In: VIANNA, Cláudia; CARVALHO, Marília (org.). *Gênero e Educação: 20 anos construindo conhecimento*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. p. 81-118.

VIÉGAS, Lygia de Sousa; GOLDSTEIN, Thaís Seltzer, *Escola sem partido, sem juízo e sem bom senso: judicializando e medicalizando a educação. Fênix: Revista de História e Estudos Culturais, Uberlândia, v. 14, n. 1, p. 1-20, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://www.revistafenix.pro.br/revistafenix/article/view/578/550>. Acesso em: 15 abr. 2023.*

YANNOULAS, Silvia; AFONSO, Sophia; PINELLI, Lais. Propuestas político-pedagógicas neoconservadoras: falacias de la “ideología de género” y del movimiento “escuela sin partido”. *Revista Debate Público: Reflexión de Trabajo Social, Buenos Aires, ano 11, n. 21, p. 65-81, 2021. Disponível em: https://trabajosocial.socials.uba.ar/wp-content/uploads/sites/13/2021/08/11_Yannoulas.pdf. Acesso em: 15 abr. 2023.*

Declaração de Coautoria: Amanda Rodrigues Duarte e Daniela Finco declaram que a concepção da pesquisa é resultado do trabalho conjunto. Amanda Rodrigues Duarte declara ter sido responsável pela “coleta de dados, realização das entrevistas e processamento do material”. As autoras declaram ainda que as análises e interpretação dos dados bem como “a redação das seções internas ao texto” foram levadas a cabo conjuntamente.

*Minicurrículo das Autoras:

Amanda Rodrigues Duarte. Mestre em Educação pela Universidade Federal de São Paulo (2021). Professora de História na Rede Municipal de Educação de São Paulo. E-mail: amandarduarte@prof.educacao.sp.gov.br.

Daniela Finco. Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (2010). Docente junto ao Departamento e ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Paulo. E-mail: dfinco@unifesp.br.

Editoras de Seção: Daniela Tonelli Manica, [Orcid](#);
Martha Celia Ramirez Gálvez, [Orcid](#).